

Bons ventos

EDITORIAL. “Bons Ventos”. O Estado de São Paulo. São Paulo, 02 de setembro de 2018.

O homem utiliza a força dos ventos como fonte de energia há milhares de anos. Contudo, foi somente a partir da década de 1970, em função da crise internacional do petróleo, que se passou a investir pesado em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para viabilizar a aplicação da energia eólica para geração de eletricidade em escala comercial. A primeira turbina eólica conectada à rede pública de energia elétrica foi instalada em 1976, na Dinamarca. Atualmente, cerca de 350 mil dessas turbinas estão em operação no mundo.

De acordo com o Global Wind Energy Council (GWEC), o Brasil é o oitavo maior produtor de energia eólica do mundo, atrás de França, Reino Unido, Espanha, Índia, Alemanha, Estados Unidos e China. A capacidade instalada no País no final de 2017 foi de 12,77 GW de potência eólica, ultrapassando o Canadá. Isto representou um significativo aumento de 18,9% da capacidade eólica nacional em relação a dezembro de 2016 (10,74 GW).

Até 2010, a utilização da energia eólica para produção de eletricidade não passava de um experimento de empresas do setor elétrico brasileiro. Menos de uma década depois, de acordo com reportagem do Estado, a energia eólica já representa 8,5% da potência total instalada no País e caminha para se tornar a segunda maior fonte geradora de energia a partir do ano que vem, atrás somente das usinas hidrelétricas. “Com a expansão de projetos já contratada, as eólicas devem ultrapassar a geração térmica e a biomassa em 2019 ou, no máximo, em 2020”, disse Elbia Gannoum, presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

Os 6,6 mil cataventos distribuídos por 534 parques eólicos no País vêm batendo recordes de geração de energia na chamada “safra dos ventos”, nos meses de agosto e setembro, quando os ventos sopram forte nas Regiões Nordeste e Sul. Tudo indica que este ano não será diferente.

Hoje, as três principais fontes que compõem a matriz energética brasileira são as turbinas hidrelétricas (64%), a biomassa (9,2%) e a eólica (8,5%). Em seguida, vêm o gás natural (8,3%), o óleo (6,5%), a pequena central hidrelétrica, ou PCH (3,2%), o carvão (2,4%) e a energia nuclear (1,3%). As eólicas crescem a um ritmo superior a 20% ao ano, muito acima das demais fontes, o que leva à projeção de subida para o segundo lugar feita por especialistas.

Será um grande avanço para o País a recomposição deste quadro com o aumento da fatia ocupada por fontes geradoras de “energia limpa”, ou seja, que não poluem o meio ambiente, como é o caso da energia eólica. O impacto ambiental é inexpressivo quando comparado a outras fontes de geração de energia, como carvão, óleo e hidrelétricas.

Além dos benefícios ao meio ambiente, os investimentos em usinas de energia eólica são bem mais baixos do que os requeridos por outras matrizes energéticas. Os benefícios sociais também são bastante significativos, uma vez que tais usinas podem ser instaladas em áreas remotas do País em que outros tipos de usina não

têm viabilidade, aumentando a oferta de empregos naquelas regiões.

Há, porém, alguns reveses que devem ser considerados na concepção dos projetos de ampliação da planta eólica no País.

Necessariamente, parques eólicos ocupam grandes extensões de terra. As hélices dos cataventos também geram um impacto visual negativo, em especial em um país com belezas naturais como o Brasil. O impacto sobre a fauna não é desprezível, já que muitas aves são mortas pelas hélices das turbinas em movimento. Em que pesem as restrições, os benefícios da energia eólica ainda superam, e muito, as suas desvantagens, sobretudo em relação às outras fontes.

O crescimento da energia eólica no Brasil deve ser uma meta tanto do poder público como da iniciativa privada. Os benefícios ambientais, sociais, econômicos e geopolíticos da exploração da energia dos ventos, abundantes por estas terras, não podem ser ignorados.